
SESSÕES DO PLENÁRIO

34ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. NEUSA CADORE *AD HOC*

A Srª PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com a finalidade de fazer a entrega do Título de Cidadã Baiana a Maria da Penha Maia Fernandes, cuja luta, como sabemos, deu nome à lei 11.340/2006, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher, e foi proposta pelo nosso mandato.

Gostaria de chamar nossas convidadas e convidados para a composição da Mesa: Srª Fátima Mendonça, presidente das Voluntárias Sociais, que aqui representa nosso governador da Bahia Jaques Wagner; Srª Deputada Federal Alice Portugal, coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados; Srª Cristina Ulm, representante da defensora pública geral, Drª Tereza Cristina; Drª Márcia Lisboa, Juíza da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Srª Maria Vandalva Lima Oliveira, nossa companheira, coordenadora do Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano; Drª Firmiane Venâncio, representante da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência; Drª Márcia Queirós, representante do Observatório da Lei Maria da Penha; Srª Neide Moraes, nossa companheira, representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/MMTR; Srª Lindinete Pereira, diretora de formação do Sindicato dos Previdenciários, poetisa e jornalista, e o Sr. Osvaldo da Paz, presidente da Câmara de Vereadores de Cruz das Almas. (Palmas)

Também gostaria de convidar a comissão formada pelos nossos deputados e deputadas Maria Luiza Laudano, Maria Luiza Carneiro, Pedro Alcântara, Ângela Souza, Fátima Nunes, Heraldo Rocha, Edson Pimenta e Eliana Boaventura, para conduzirem até o recinto a nossa companheira, que está no Salão Verde, Maria da Penha. (Palmas)

(A homenageada é conduzida ao Plenário.)

A Srª PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Gostaria de convidar a nossa companheira Lindinete Pereira, poetisa, jornalista, representante do Sindprev, que vai nos presentear com uma apresentação.

A Srª LINDINETE PEREIRA:- Hoje é um dia muito especial, porque estamos prestando uma homenagem a uma mulher, cearense, brasileira, que, com o seu drama pessoal, conseguiu mobilizar uma lei em favor de todas as mulheres, porque, neste

momento, algumas mulheres estão sendo maltratadas, mas agora têm direito. Para quem maltrata mulher, cadeia!

É isso aí, Maria da Penha! Você é uma mulher de garra, lutadora, guerreira, uma brasileira! Entre a mulher que mora na Graça e a que mora na periferia e que é maltratada, a diferença é apenas social, porque a Maria, que mora na Graça, vai chorar dentro de um Mercedes, e a Mariazinha, que mora na periferia, vai chorar o seu drama dentro de um ônibus lotado. Mas a vergonha, a dor, o sofrimento de todas as mulheres são os mesmos. Por isso é que todas nós temos de estar unidas e fazer como a Maria da Penha: ir à luta, sempre!

Em homenagem a todas as mulheres presentes e, principalmente, a Maria da Penha, vou recitar um pequeno poema de minha autoria, que diz assim:

“Chega, eu não aguento mais!

Estou cheia de ouvir você dizer: não faz isso, não faz aquilo,
uma senhora não se comporta assim ou assado.

Eu sei que você diz tudo isso porque me ama, porque me adora, porque é louco por mim!

Mas no fundo, no fundo, você tem medo de mim! Medo!

M- E- D-O! Me-do! Medo de que eu não queira ser Amélia
e nenhum objeto de cama e mesa.

Será pecado, meu Deus, querer crescer,
ser alguém na vida,

juntar mais alguma coisa

ao meu convívio de esposa e mãe?

Cansei de me esconder atrás de sua sombra reluzente
e ser apenas, ah, ah, um zero à esquerda.

Também cansei de brincar com você de gato e rato,

Principalmente, eu, no papel de rato, é amargo e dói.

Eu quero ser uma águia, quero ganhar o infinito gritando e ouvindo
o som do meu próprio grito!

Obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Convido a deputada Fátima Nunes para assumir a presidência enquanto eu faço o meu pronunciamento.

(A deputada Fátima Nunes assume a presidência dos trabalhos.)

A Sr^a NEUSA CADORE:- Bom-dia a todos e a todas. Saúdo todas as autoridades presentes; nossas valorosas companheiras do movimento de mulheres, nossas feministas de Salvador e de várias cidades do interior que hoje lotam este Plenário; e de forma muito destacada quero saudar toda a Mesa saudando a nossa convidada especial, nossa companheira Maria da Penha. (Palmas)

Sr^a Presidenta Fátima Nunes, companheiros e companheiras, deputados e deputadas, em nome da Comissão de Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa, agradeço (lê) “a parceria da Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência, o Observatório da Lei Maria da Penha, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia, o Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano, a Casa de Acolhimento à Mulher,

a Marcha Mundial das Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres de Lauro de Freiras, a Sepromi, vereadoras (Marta Rodrigues, Edlene), as secretárias municipais, as minhas colegas e os meus colegas da Comissão (Ângela Sousa, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Pedro Alcântara, Yulo Oiticica, Álvaro Gomes, Fátima Nunes e João Bonfim...”

Todos contribuíram, além das pessoas que se deslocaram do interior, para que pudéssemos construir este evento, quando estamos aqui num momento muito especial para a história não só da luta das mulheres, mas da construção da democracia neste País. Esta sessão especial foi construída para que pudéssemos receber carinhosamente e conceder a essa guerreira, Maria da Penha, o Título de Cidadã Baiana. Ela deu, com sua luta, sua força, nome a essa lei importantíssima, uma das maiores conquistas desses últimos anos, que é a lei 11.340/06, que há 3 anos foi sancionada pelo nosso querido presidente Lula.

É um momento muito especial para todos nós trazermos novamente o tema da violência contra a mulher para o debate, especialmente quando contamos com Maria da Penha entre nós.

“(...) Quero iniciar dizendo que o uso intencional da força ou abuso de poder contra uma pessoa, neste caso contra as mulheres, sejam elas Marias ou Lucianas, causa consequências danosas para suas vidas, porque, além de ferir sua integridade física e psicológica, fere, sobretudo, sua dignidade. A violência humilha, degrada e tira das mulheres a sua condição de cidadã, contribuindo dessa forma para a violação dos direitos humanos.

Não é fácil encontrar solução para este problema, posto que muitas das razões que o justificam estão diretamente ligadas a nossa própria cultura, vista e entendida a partir dos valores da exclusão, da dominação, do preconceito, do racismo, a partir dos valores do patriarcado, no qual, de um lado, impera o domínio do homem sobre a mulher, seja na política, no mercado de trabalho e até como provedor da família; do outro lado, a ideologia dominante que dá sustentação a esse modo de pensar e agir “a falsa ideia da submissão e da inferioridade do antes chamado sexo frágil, a Mulher.”

Romper com esse modelo, com esse paradigma histórico de opressão da mulher é um desafio ao Estado brasileiro, da mesma forma que se constitui um desafio a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. No âmbito institucional temos conquistado aparatos legais. A ação das DEAMs (Delegacias de Atendimento à Mulher), o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e o Pacto Nacional de Enfrentamento da violência contra as mulheres ao qual a Bahia aderiu no 1º ano do Governo Jaques Wagner e vem implementando vários serviços.

Mas compreendemos que essa luta deve ser um compromisso de toda a sociedade. E se de fato queremos viver em uma sociedade verdadeiramente democrática, mais justa e igualitária, então precisamos unir esforços, passando pelos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em conjunto com os movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres e feminista na construção de uma nova cultura, de uma nova mentalidade, de um novo paradigma de sociedade que tem como referencial outros valores, em vez do egoísmo, a solidariedade; em vez da agressão, o respeito; em vez da impunidade a justiça e em vez da inferioridade entre os sexos, a igualdade.

Portanto, não podemos nos silenciar diante deste grave e complexo problema, que hoje é manchete quase diária nos principais jornais, a violência contra a mulher. Por isso, devemos estimular a reflexão acerca desta cruel realidade, nas escolas, nas igrejas, na família, nos partidos políticos, nos sindicatos, nos meios de comunicação, no nosso local de trabalho, enfim, em nossas relações sociais.

É preciso que cada um faça a sua parte. É com este sentimento que a Comissão do Direito da Mulher a qual ora presido está concedendo - num momento muito especial de nossas vidas - o título de Cidadã Baiana a Maria da Penha. Homenagear esta mulher guerreira é reafirmar o nosso compromisso com o respeito aos direitos humanos das mulheres. É reconhecer, Maria da Penha, que sua coragem e sua persistência, abriu caminho para a adoção de políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar. Ao conceder este título, o povo baiano, sobretudo as mulheres baianas, estarão manifestando o seu reconhecimento a esta companheira que se tornou símbolo de luta por uma sociedade sem violência contra as mulheres.

E nos reafirmamos:

Uma vida sem Violência é um Direito das Mulheres. Muito obrigada , Maria da Penha." (Palmas)

(Não foi revisto pelo oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Queremos convidar para fazer uso da palavra a coordenadora do Observatório Nacional da Lei Maria da Penha, a Sr^a Márcia Queiroz.

A Sr^a MÁRCIA QUEIROZ:- Cumprimento a Mesa e a todos os presentes, especialmente a nossa convidada, Sr^a Maria da Penha, em nome da Excelentíssima Deputada Neusa Cadore, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher desta Assembleia Legislativa.

(Lê) “A Lei 11.340/2006, acertadamente denominada Lei Marta da Penha, representa uma conquista dos movimentos de mulheres e feministas, que tem em Maria da Penha o maior símbolo da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, especialmente, pelo direito a uma vida sem violência.

A Lei Maria da Penha é um marco dessa luta, porém ainda há muito a se fazer para que ela seja implementada e efetivamente aplicada.

O Observatório da Lei Maria da Penha constituído por um consórcio que congrega 9 organizações, entre núcleos de pesquisa e organizações não-governamentais, com representações nas cinco regiões brasileiras, e mais 3 Redes parceiras, tem como meta inicial construir uma metodologia de monitoramento da Lei que permita acompanhar a implementação e aplicação da Lei Maria da Penha, identificando os avanços e dificuldades para a efetiva e plena aplicabilidade da Lei.”

O observatório adotou como estratégia, para essa primeira fase de trabalho, selecionar dois focos de como vem sendo a aplicação da Lei Maria da Penha no País. Para isso, elaboramos dois instrumentos de pesquisa para serem aplicados nas delegacias de mulheres e nos juizados. Esses serviços foram escolhidos pela posição estratégica que desempenham na resolução dos casos de violências exercidas contra as mulheres. Foram aplicados nas cinco capitais do País onde há as coordenações do Observatório Nacional, ou seja, Salvador, Belém do Pará, Porto Alegre, Rio de Janeiro

e Brasília.

A análise dessa primeira etapa desse nosso trabalho já se encontra disponível no site do Observatório. São dados muito importantes acerca de como a Lei vem sendo implementada e aplicada nessas cinco regiões, o que vai fornecer dados para que se possa desenvolver políticas públicas e ações políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Desse modo, o Observatório poderá propor ações a serem executadas tanto pelos movimentos de mulheres quanto pelas instituições públicas responsáveis pelas políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Bom, a Lei está aí, foi aprovada, foi uma conquista realmente das mulheres, mas é um desafio muito grande que temos de enfrentar. De imediato, temos que enfrentar por um lado e conter o processo de reforma do Código de Processo Penal, que vem ameaçando os pontos vitais da Lei. Por outro, precisamos continuar trabalhando para que a Lei possa cumprir sua função preventiva, punitiva e protetiva, o que significa dizer que precisamos de DEAMs em boas condições de funcionamento, com pessoal capacitado para acolher as mulheres em situação de violência. Precisamos também de juizados em funcionamento, além duma rede de atendimento que atenda essa demanda de mulheres. Enfim, há ainda muito o que fazer, e o Observatório está presente nesta luta.

Maria da Penha me pediu para passar este manifesto que vocês vão estar recebendo. É um manifesto público de apoio à Lei Maria da Penha que será encaminhado. Diz o seguinte, vocês vão receber: “Considerando que o projeto do Senado nº 156/2009, que visa a criação do novo Código de Processo Penal, da forma como está oferece perigo à implementação de dispositivos da Lei Maria da Penha e dá margem a interpretações que a aniquilam...”

Este manifesto será encaminhado à ministra Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e à senadora Serys, presidente da Bancada Feminina do Senado Federal.

A lista será passada para que vocês todas assinem, e Maria da Penha irá encaminhar este manifesto.

Obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Quero registrar as presenças das deputadas estaduais Eliana Boaventura, Fátima Nunes, Ângela Souza, Maria Luiza Carneiro, Maria Luiza Laudano, dos deputados estaduais Ferreira Ottomar, Heraldo Rocha, Pedro Alcântara, Edson Pimenta, Álvaro Gomes, Capitão Tadeu, Gilberto Brito, J. Carlos, Roberto Carlos, Yulo Oiticica, nosso companheiro, e com muita alegria, agradeço-lhe a presença e saúdo o conselheiro Zilton Rocha, nosso querido ex-deputado. (Palmas, muitas palmas).

Convido para fazer uso da palavra, por 05 minutos, a representante da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência, Dr^a Viviana Venâncio.

A Sr^a VIVIANA VENÂNCIO:- Bom-dia a todos e a todas. Gostaria de saudar a Mesa e pedir vênias a nossa querida deputada Neusa Cadore, que preside a Comissão

de Direitos da Mulher, para fazer a saudação nesta manhã a nossa homenageada, Maria da Penha, na pessoa de quem saúdo todas as mulheres que compõem esta Mesa de honra.

A mim foi dada uma tarefa que me honra muito, que é representar a Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência, eu que sou uma defensora pública componho e participo da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência há alguns poucos anos e pude observar a história desses 10 anos da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência em Salvador e o quanto avançamos, o quanto essa rede proporcionou a todas as mulheres. A luta pelo direitos das mulheres proporcionou o avanço das políticas públicas para as mulheres na nossa comarca em Salvador e também no interior do Estado.

A Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência de Salvador é composta por serviços de atendimento à mulher, serviços de atenção à mulher em situação de violência, dentre os quais podemos mencionar a Casa de Acolhimento, o Centro de Referência Loreta Valadares, a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Poder Judiciário, os centros médicos referenciados de atendimento à mulher, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher - NEIM -, os movimentos de mulheres, as secretarias e superintendências especiais de políticas para as mulheres, todos esses serviços e todas essas pessoas, quinzenalmente, algumas vezes, semanalmente, se reúnem para discutir a implementação da Lei Maria da Penha.

A presença de Maria da Penha aqui, hoje, na verdade, além de nos honrar bravamente, traz-nos, sim, a reflexão acerca do quanto caminhamos e do quanto ainda precisamos avançar. Maria da Penha simboliza e visibiliza, no nosso Estado, no nosso País, a luta que toda essa rede, ao longo de 10 anos em Salvador, conseguiu alcançar. Maria da Penha, aqui, hoje, coroa toda essa luta da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência pela implementação de todos os aparelhos de atendimento à mulher.

Eu poderia citar alguns avanços que conseguimos, algumas lutas vitoriosas, sobretudo nesta Casa Legislativa que sempre nos acolheu, que sempre acolheu a luta pelas mulheres. A Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres acolheu uma luta que eu entendo ter sido uma das mais difíceis que travamos em termos de rede, que foi a modificação da Lei de Organização Judiciária para inclusão das varas especializadas de defesa da mulher. Conseguimos pouco? Conseguimos. Mas não tínhamos nenhuma vara prevista no projeto de Lei de Organização Judiciária em nosso Estado que foi aprovada em 2001.

(Palmas, muitas palmas.)

Sentimos nesta Casa o acolhimento necessário para os debates acerca da implementação da Lei Maria da Penha, dos avanços, dos desafios que temos pela frente. Fizemos uma abordagem, ainda neste mês de comemorações, acerca dos nossos aparelhos, de como se encontram os atendimentos nos centros de atendimento à mulher, e gostaria de dizer que Salvador, na verdade, com a presença de Maria da Penha aqui nos deixa bastante felizes, e precisamos dizer que a nossa história de implementação de serviços ainda tem muito a avançar. Nós temos, única e exclusivamente, uma vara implementada aqui no nosso Estado da Bahia, e esta é uma oportunidade. A presença de Maria da Penha aqui, hoje, nos dá um alento de que sirva

como um mote, como uma referência para que os poderes públicos, os poderes judiciários, Defensoria Pública, Ministério Público e todo os serviços que compõem a rede consigam evidenciar o quanto precisamos trabalhar, batalhar para a implementação desses serviços.

Só para se ter ideia, temos tido algumas dificuldades, por exemplo, na implementação das varas no interior do estado. Temos, no Estado da Bahia, Maria da Penha conhece muito bem, as deputadas e todas as pessoas aqui presentes, temos um Estado de dimensões continentais e só temos, hoje, uma vara de violência doméstica para atender de forma especializada a todas as mulheres.

Estou falando em termos de vara. Se a gente for trabalhar em termos de outros serviços, vamos identificar que ainda estamos com deficiência em alguns serviços especializados, seja na área de saúde, seja na área de acesso à Justiça, seja na área de atendimento e acolhimento à mulher. Eu entendo que, hoje, a nossa homenageada vai simbolizar que sim, vai trazer para nós, todas, da rede de atenção à mulher em situação de violência, aquele fôlego que todas nós estávamos precisando porque, aqui e acolá, nós, de fato, nos cansamos um pouco, nos decepcionamos, mas a sua presença aqui hoje, Maria da Penha, nos serve muito do estímulo de que todas nós precisamos e simboliza com garra como deve ser a luta pelas mulheres, no combate à violência doméstica e familiar.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Gostaria de registrar, com satisfação, a presença da deputada federal Lídice da Mata (palmas), a presença da vereadora do município de Salvador Vânia Galvão (palmas) e a presença dos nossos companheiros deputados Professor Valdeci e Isaac Cunha (palmas).

Convido, para fazer uso da palavra por 5 minutos, a nossa deputada estadual Eliana Boaventura.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Bom-dia a todos e a todas. Quero dar um grande abraço na minha amiga colega Neusa Cadore, presidente desta comissão, cumprimentar toda a Mesa, pedir licença a todas as mulheres, à primeira-dama Fátima Mendonça e a todas as mulheres aqui presentes, a todas as Marias, e cumprimentar todas as mulheres e homens aqui presentes na pessoa de uma Maria, Maria da Penha, Maria da luta, Maria guerreira. (Palmas).

Esta mulher homenageada hoje é uma mulher que traz um simbolismo forte a todas as mulheres do Brasil, não só no Brasil, mas acho que mundialmente, Maria da Penha, diante da sua história, a história da mulher que tem aquele amor pelo seu marido e depois se vê baleada, se vê violentada por um homem que escolheu para viver, para ter seus filhos, para dar amor.

E esta mulher fica paraplégica, numa cadeira de rodas. Ela vai, Alice, luta e faz com que as coisas possam acontecer. Fica aqui no Brasil e depois de 20 anos consegue colocar este homem na cadeia, que é o lugar dele. (Palmas). É nessa luta, Maria, que nós aqui, deputadas estaduais, deputadas federais, senadoras do nosso País, nos espelhamos em mulheres como você. Porque às vezes é difícil para a gente, Lídice, às vezes a gente pensa até em desistir, porque a vida política não é fácil para a mulher,

não é, deputado Pedro Alcântara, esse grande deputado que chega na Comissão da Mulher e dá um depoimento que emociona todas as mulheres, no exemplo da mãe dele, uma mulher de luta.

A você, faço uma homenagem, também, aos homens que respeitam as mulheres. Mas quero aqui dizer que é essa força que você tem que nós conseguimos também ter.

Na política é difícil lutarmos, construirmos um mandato, porque é muito difícil acreditar que a mulher possa, realmente, estar aqui na Assembleia representando sua comunidade, representando o seu estado, o seu país. É muito difícil porque começa com o descrédito entre as mulheres, às vezes, não por nossa culpa, mas por questões culturais e educacionais que recebemos. Ainda ouvimos em casa se dizer: “menino não lave os pratos deixe para sua irmã; menina vá lavar a roupa, vá trocar a fralda do irmãozinho”. Menino é para jogar bola, é para ser jogador de futebol e a mulher para ser escrava do lar. Mas estamos vendo uma nova realidade, mulheres que trabalham, todas as Marias, desde a Maria doméstica que está ali lutando para que seu filho vá para a universidade.

Sentimos que o nosso Estado - e não é por estar em sua presença não, Fátima - que o governador Wagner é um homem sério, de caráter, (palmas) que tem lutado para que a Bahia saia do atraso cultural onde se distingue homens de mulheres, preto e brancos, homens e mulheres e daí por diante, toda uma história concentrada na discriminação.

E estar hoje aqui com Maria da Penha significa estarmos, Maria da Penha, pegando um pouquinho da sua energia e dizendo que nós queremos continuar lutando por uma Bahia mais independente, na qual homens e mulheres tenham os seus direitos assegurados, que não veja as mulheres morrendo e principalmente – o que é mais dolorido-, pelas mãos daquele que amamos, gostamos. A violência doméstica, no meu entendimento, é a a maior violência que se pode praticar contra o ser humano porque é a violência criada do amor, criada do afeto, criada daquele que você dá a vida e que você tem um filho. Muitas e muitas mulheres veem no seu filho a imagem do seu marido, mas veem também a imagem da violência, a imagem do crime. Para essas mulheres e para o grupo de mulheres que aqui não se escondem, mas fazem questão de mostrar que sofreram violência para dar o exemplo às outras, meus parabéns!

Um grande abraço, o abraço da Bahia, o abraço das mulheres, Maria da Penha.(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Gostaria de registrar que temos representantes presentes de mais de 20 municípios, alguns são perto daqui, mais outros são mais de 300 quilômetros de distância. Quero, pelo menos, citar o nome dos municípios presentes: Itaberaba, Quixabeira, Ruy Barbosa, Pintadas, Cachoeira, Inhambupe, Coração de Maria, Valente, Santa Luz, Retirolândia, Serrinha, Conceição do Coité, Ichu, Feira de Santana, Nova Fátima, Capim Grosso, Lauro de Freitas, Cruz das Almas, Camaçari, Serrolândia, Riachão do Jacuípe, Salvador. (Palmas) Perdão, Juazeiro também está presente aqui na primeira fila com a vice-prefeita, Brejões, Macajuba. (Palmas) Agradecemos a presença de todos.

Dando continuidade, queria convidar para fazer uso da palavra a nossa

companheira Neide Dias que representa o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR. (Palmas)

A Sr^a NEIDE DIAS:- Bom-dia a todos. Queria cumprimentar a Mesa na pessoa da homenageada, nossa companheira, guerreira, Maria da Penha, parabenizar a nossa deputada estadual Neusa Cadore por essa iniciativa de premiação à nossa Maria da Penha.

É uma satisfação estarmos aqui representando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, também o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, o qual estamos também nesse momento representando. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais tem essa carência de atenção na zona rural por conta da falta de atendimento, por falta de implementação de várias políticas na zona rural. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras existe há mais de 20 anos, articulado e “empoderado” politicamente, mas no que se refere à proteção no enfrentamento da violência contra as mulheres, está bem longe de nós dizermos que estamos “empoderadas.”

Estamos nessa luta contando com muitas entidades parceiras e o fórum de mulheres do Semi-Árido baiano. O MTR nesse momento, há cerca de dois meses, juntamente com a Secretaria Pública de Mulheres e o MOC estão implementando um projeto para trabalhar a questão do enfrentamento da violência contra as mulheres em 13 municípios localizados no território do sisal, bacia do Jacuípe e portal do sertão.

Destacamos a falta de informações em relação à lei Maria da Penha em vários municípios, em várias comunidades e por que não dizer nas próprias delegacias existentes nos municípios. Não basta divulgar a lei Maria da Penha, tem que haver mecanismos que garantam a sua implementação. Depois de muitos anos de luta por uma DEAM na nossa região, no nosso território do sisal, estamos agora conseguindo o Centro de Referência para a cidade de Conceição do Coité. Esperamos que com esse Centro de Referência a gente consiga acabar um pouco com a indiferença para com a trabalhadora rural, que a indiferença seja banida. Sabemos que na cidade há várias delegacias nas quais podem ser atendidas as mulheres. Mas na zona rural, não, ela não tem nenhum atendimento.

As dificuldades para as mulheres acessarem as políticas públicas são bem visíveis. E para chegar e dizer que está sofrendo uma violência doméstica, pior ainda, porque ainda temos essa questão da omissão. A mulher ainda se omite. Não foi o que aconteceu com a nossa companheira Maria da Penha. Passaram 20 anos para que hoje realmente esteja presa a pessoa que a deixou paraplégica.

Estamos numa luta iniciada há mais de 20 anos junto com a própria Maria da Penha.

Um abraço a todos e todas.

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a Presidente (Neusa Cadore):- Concedo a palavra a nossa companheira, deputada Ângela Sousa.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da nossa homenageada hoje, Maria da Penha, e cumprimentar a todos que aqui estão. A nossa

alegria é muito grande em recebê-los e estarmos juntos e olhando mesmo a maioria, as mulheres aqui firmes fazendo a defesa e homenageando essa mulher digna, forte, guerreira que fez com que fosse projetada a lei Maria da Penha.

(Lê) “A sanção da lei federal nº 11.340/2006, 'Lei Maria da Penha', uma justa homenagem a este exemplo de mulher, que hoje nos prestigia com sua nobre presença, selou o destino de milhões de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil.

A partir da tragédia pessoal de uma cidadã brasileira, vítima de agressões que deixaram marcas permanentes na alma e no corpo, o país enfim viu nascer no ordenamento jurídico nacional a sua mais importante resposta no combate à violência doméstica contra a mulher.

E foram muitas as mudanças: inovações no processo judicial, nos papéis das autoridades policiais e do ministério público, alterações no Código Penal e no Código de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais.

Trata-se de um verdadeiro estatuto no combate à violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha estabelece, entre outras coisas, que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Os juizados especiais correspondem a um dos principais amparos na aplicação da lei. Na Bahia, a implantação dos juizados especiais foi proposta dentro do projeto de lei da reforma do Judiciário, que tramitou nesta Casa Legislativa e graças ao esforço de muitas lideranças foi aprovado.

Hoje, a Bahia, mais especificamente, a Cidade do Salvador, conta com um juizado especial, que, se depender de nós, não será o único, já que a proposta inicial era a criação de 12 varas especializadas em crimes contra a violência doméstica e familiar.

Sabemos que o caso de Maria da Penha não é isolado e que muitas mulheres sofrem agressões dentro de casa. O espancamento atinge aproximadamente quatro mulheres por minuto no Brasil e muitas não denunciam por medo ou vergonha de se expor. Entretanto, é preciso dar às mulheres a certeza da validade da lei para que elas possam perder o medo de denunciar. Mais do que isso, é preciso dar conhecimento da Lei Maria da Penha a todos os municípios baianos, visto que muitas mulheres e homens desconhecem ou ignoram a existência desta lei.

Quero, em nome da presidente da Comissão das Mulheres, a mui digna deputada Neusa Cadore, a quem parabenizo pela sessão especial brilhante, parabenizar todos os membros da Comissões dos Direitos da Mulher, por promover esta sessão especial concedendo o Título de Cidadã Baiana a este exemplo de mulher, exemplo de superação e coragem, uma guerreira, como a rainha Ester, que lutou pelos interesses do povo judeu, evitando seu morticínio. Maria da Penha é uma guerreira que lutou e ainda luta para ajudar milhares de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Para nós baianos é um grande orgulho conceder à senhora o Título de Cidadã Baiana.

Esta sessão especial será também o marco da luta desta Casa Legislativa em

busca da efetiva implantação da Lei Maria da Penha na Bahia.

Aproveito a oportunidade para chamar a atenção dos nobres deputados, meus colegas e companheiros, de que precisamos votar os projetos que tramitam nesta Casa e que, de alguma maneira, atendem aos interesses das mulheres baianas. (Palmas)

Apresentamos o projeto da cirurgia plástica reparadora, que atende às mulheres vítimas de agressões físicas, vítimas de violência doméstica, mas precisamos ir além, temos que colocar em prática esses projetos que beneficiarão nosso povo, nossas mulheres.

Muito obrigada e que Deus abençoe a todos. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Dando continuidade, concedo a palavra à representante do Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano, a Sr^a Maria Vandalva Lima Oliveira. (Palmas)

A Sr^a MARIA VANDALVA LIMA OLIVEIRA:- Bom-dia a todas as mulheres e também a todos os companheiros presentes. Eu quero falar da alegria de o Fórum de Mulheres do Semiárido da Bahia poder participar deste momento bonito, belo e nobre para a Bahia e também da alegria de receber como titular de cidadã baiana a companheira – me permita chamar assim a companheira de luta – Maria da Penha. (Muitas palmas)

Quero pedir permissão a este Plenário, à Mesa, para saudá como a mais nova cidadã baiana, Maria da Penha.

O Fórum de Mulheres tem se constituído num espaço de articulação política das organizações de mulheres Semiárido, porque outras organizações estão se articulando também para poder discutir, entre tantas outras políticas públicas para as mulheres, a política que lhes garante terem uma vida sem violência e serem donas das próprias vidas.

Estamos neste espaço juntos com o MOC, a Fatres, a Rede Produtora da Bahia, pesquisadoras da Universidade Estadual da Bahia, organizações que têm abraçado a causa e a lutas das mulheres como pauta cotidiana.

Então são vários os desafios, e dentre eles temos o de publicizar a Lei Maria da Penha para que as políticas públicas para as mulheres cheguem à trabalhadora rural, pois, como bem disse a companheira Neide, para elas tais políticas demoram de chegar!

Se vocês bem conhecem o Semiárido – e aqui existem muitas pessoas que de lá vieram hoje ou aqui estão, mas vieram de lá – sabem que o canto dos sabiás do Semiárido começou a ser substituído pela zoadá de facas e de facões amolados para violentar as mulheres! E quando isso começa a ser percebido pelas mulheres, elas começam a reagir.

É importante estar reagindo há três anos, embasadas numa situação que garante à mulher uma vida sem violência, que lhe dá proteção tirando a violência doméstica do âmbito do lar e pondo-a na agenda do governo e pondo o Estado a pensar que esse é um problema social e como tal tem que ser tratado. Não temos mais que ouvir dizer que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, porque temos que meter, sim, a colher, a concha, tudo o que preciso for para que as mulheres vivam uma vida

sem violência.

Queremos dizer também que a lei tem sido um instrumento importante, mas por si só não basta. Junto com ela precisamos de outro instrumento que garanta a implementação dela, e nós da região do Semiárido estamos agora contentes com alguns avanços que ainda são incipientes para que a gente chegue aonde quer chegar.

Podemos destacar, primeiro, que vamos acompanhar o lançamento, na Bahia, do II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, no dia 16, o qual deve ser também um momento importante para as mulheres na Bahia, porque se inicia a instalação do Centro de Referência da Mulher, em Conceição do Coité, que é sediado lá, mas vai dar atenção às mulheres do região do Sisal.

Existem outras lutas aí para o Centro de Referência da Bacia do Jacuípe e outros Centros semelhantes no Estado para que as mulheres não precisem ir ao atendimento, mas que a atenção à mulher dê conta de ela não precisar ir ao atendimento sendo violentada, mas dê conta de fazer a prevenção dessa violência contra a mulher.

Acho que, dentre esses desafios, também temos a insistência das mulheres de pôr isso na pauta dos território. E a companheira Gilca, que também sobrevive, Maria da Penha, como coordenadora do Território da Cidadania do Sisal tem acompanhado e testemunhado a dificuldade que é pautar a violência contra a mulher nas agendas do territórios da cidadania, da identidade. E precisamos insistir para pautar a violência contra a mulher como um problema a ser enfrentado.

A nossa perspectiva de luta nos anima a contar com as deputadas Neusa Cadore e Fátima Nunes, nesta Casa, e com outras companheiras que, se aqui estão, é porque também venceram outras formas de violência.

Olhar para este Plenário é saber que estamos avançando, porque nos fizeram crer que este não era o nosso lugar, o lugar público, mas, sim, a nossa casa o nosso espaço. Mas vamos desbravando caminhos e percebendo que não!

Quero, por fim, lembrar ainda que estamos nos articulando para participar, em 2010, da III Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres e que uma das plataformas de luta dessa marcha é o enfrentamento da violência contra a mulher. E precisamos, na Bahia, nos organizar, nos articular e marchar com o mundo inteiro denunciando as formas de violência contra a mulher e outros descasos, como a falta de políticas que atendam as mulheres nas suas diversas demandas. Lembro que publicaremos essa agenda de articulação no Estado da Bahia.

Essa luta para enfrentar a violência não é fácil, mas tem de acontecer. Assim cantam, cantarão e lutarão as mulheres trabalhadoras rurais e todas nós mulheres, onde quer que estejamos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Gostaria de registrar as seguintes presenças: Dr^a Sara Gama Sampaio, promotora de Justiça da Vara da Violência Doméstica do Ministério Público Estadual; Dr^a Cely Carlos da Silva, que é titular da DEAM do Engenho Velho de Brotas; Maria Gorete Alcântara, vice-prefeita de Juazeiro; vereadora Luiza Maia, presidente da Câmara de Camaçari; Aurelita Castilho, secretária da Promoção da Mulher e da Reparação do Município de Camaçari; Paulo César, prefeito de Alagoinhas e ex-deputado estadual; Maria José, secretária de

Desenvolvimento e Inclusão Social do Município de Juazeiro; coronel Elídio, representante do general-de-divisão João Francisco, comandante da 6ª Região; e de Luiza Câmara, presidente da Associação de Deficientes Físicos da Bahia.

Gostaria de chamar para falar uma pessoa que a sua presença nos honra muito, a Juíza da 1ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Drª Márcia Lisboa.

A Srª MÁRCIA LISBOA:- Bom-dia a todas e a todos. Em princípio, gostaria de dizer que não me sinto muito bem aqui neste púlpito, mas fui intimada pela nossa deputada, e intimação não se discute. Eu não sabia que iria falar, então escrevi o que pude.

Quero parabenizar esta Casa, especialmente na pessoa da nossa deputada Neusa Cadore, por ter tido esta iluminação de prestar esta homenagem a uma pessoa ímpar, única e que representa, para todas as mulheres, o marco de libertação. Ela é, como já foi dito vastamente aqui, um símbolo de liberdade dessa opressão de todo tipo de violência de gênero que sofremos há milênios. (Palmas)

Na sua pessoa, de novo, eu saúdo toda a Mesa.

Quero dizer que em nenhum momento vi Maria da Penha, como disse ontem quando a trouxe do aeroporto, triste. Ao contrário, está sempre rindo, linda e feliz. E hoje, quando cheguei, ela me disse: “Você está em todas”. Respondi: “Onde você estiver, eu estou”. E é verdade, eu a sigo. E o que tiver de ser feito para defender esta lei, que eu amo e adoro, eu farei. Para mim é uma lei de uma amplitude, de uma mudança de paradigmas tão grande, que as pessoas ficam assustadas. Os próprios juristas ficam assustados com ela.

É por isso que o patriarcado está se insurgindo, não está gostando porque ela está dando certo.

Dentro da vara, a única que temos, o que faço, o que posso fazer, juntamente com a Defensoria Pública e o Ministério Público, representados respectivamente pelas Drªs Cristina Ulm e Sara Gama, porque somos uma unidade, todas comprometidas com a questão da violência e proteção da mulher...

Maria da Penha falava ontem que sofreu durante 20 anos lutando e não foi atendida pelo Judiciário brasileiro. Ela teve de ir aos organismos internacionais para que o Brasil fosse condenado. E nesse ponto concordo com ela. Ainda hoje os colegas, mulheres inclusive, porque incorporam o discurso do outro, dizem que mulher apanha porque quer. É aquela velha história: “o homem pode até não saber porque está batendo, mas a mulher sabe porque está apanhando”. Esses chavões machistas, infelizmente, estão incutidos na nossa psiquê.

Há um mês estive em Fortaleza, juntamente com Maria da Penha, no Ministério Público, que é uma instituição do Poder Judiciário mais ativa, tal qual a Defensoria - não estou criticando a minha instituição, mas o MP e a Defensoria são mais seguros em relação a essa questão -, e houve um movimento contra o projeto de lei do Código de Processo Penal, que vai destruir literalmente a Lei Maria da Penha.

Não podemos permitir que isso aconteça. Essa Lei ressuscitará todos os institutos despenalizadores da Lei 9.099. Sob a vigência dessa Lei, as mulheres apanhavam todos os dias e, quando iam aos juizados, escutavam “Não há vestígio nenhum. Então tome duas cestas básicas e vá embora”. Quando elas chegavam em casa, apanhavam

novamente, morriam espancadas! Já ouvi dizer que há pessoas com o seguinte pensamento: “Duas cestas básicas! É tão barato bater em você! Então pronto, vai continuar a apanhar!”

Concluindo, Sr^a Presidente, quero dizer que temos 3 varas já com projeto em Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. E também, como já foi colocado aqui, que existe um projeto de lei tramitando nesta Casa que prevê a criação de 12 varas, um número ainda pequeno. Mas peço aos senhores, que são os que nos ajudarão, para que façam valer essas 12 varas de violência doméstica e familiar contra a mulher. (Palmas!)

Desejo que as mulheres não mais sofram de forma nenhuma nem precisem de 20 anos de luta para conseguir justiça. O que quero, enquanto estiver à frente da vara - e já temos muitos homens presos -, é que a mulher não demore 20 anos para conseguir a condenação do agressor, e sim menos de um ano.

Muito obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Gostaria de registrar também a presença do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, da Associação de Mulheres de Pintadas, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Medo de Ser Feliz, do Sindilimp, da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário da Bahia, do Sintagri, do Centro de Referência Loreta Valadares, da Comunidade Mangalô, da Serin, do Topa - Todos Pela Alfabetização -, da Associação Amiga Fórum de Mulheres, da APAE, do Movimento Negro, do Conselho Tutelar e da Câmara Municipal de Itaberaba.

Quero convidar a deputada Maria Luiza Laudano para fazer uso da palavra.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr^a Presidente desta sessão, também presidente do nosso Conselho de Mulheres, quero na pessoa da senhora saudar toda a Mesa e especialmente pedir permissão para saudar também a nossa guerreira heroína Maria da Penha. Saúdo ainda todas as mulheres, as autoridades aqui presentes, os prefeitos, vereadores e dizer que estou feliz por estar aqui hoje, deputada Alice Portugal, nesta sessão que reputo uma das sessões mais brilhantes e mais especiais que esta Casa já teve. (Palmas)

Quero dizer que todos nós que assumimos..., nossa presidenta Fátima Mendonça, também das voluntárias sociais que tem prestado um grande serviço em defesa da mulher, e não podemos esconder isso. Não é por que estou na sua presença, Fátima, mas isso é espelho, como disse aqui a nossa deputada que me antecedeu, porque temos um governador como Jaques Wagner, pé no chão, humilde e quando chega nos palanques para falar é com igualdade. A gente olha e vê como ele se irmana, como ouve e para para falar com todas as pessoas de qualquer classe social.

Isto é o que precisamos, ter igualdade. E aqui foi dito que as pessoas não tinham acesso a esta Casa, que é do povo. O povo nos elege deputados para bem representá-lo. Então, esta Casa é do povo, é de vocês todos, especialmente das mulheres.

(Lê) “Esta sessão tem um significado simbólico extremamente importante, sendo a homenageada uma das mulheres de maior notoriedade nas últimas décadas, e, com certeza, deixou sua marca na história. Sua luta, sua missão, nos propiciou passarmos a outro patamar, a outro nível de evolução coletiva.

Seu sofrimento, Maria da Penha, gerou uma discussão social que evidenciou um padrão sistemático de omissão e negligência em relação à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Você, Maria da Penha, não só soube conviver com os seus problemas, sofrimentos e intempéries, como também, trouxe e compartilhou o seu aprendizado, a sua lição com toda a sociedade, conseguindo ampliar a abrangência de um aprendizado pessoal, para um aprendizado coletivo.

Sua força, garra e determinação nos provaram que, de fato, 'Deus não nos dá um fardo maior do que possamos carregar'. Isso pressupõe que por mais doloroso que esse fardo seja ele é suportável, que temos a capacidade de lidar com ele, superar, tirar alguma lição. Também concordo que 'nós não viemos ao mundo a passeio', estamos nessa vida para aprendermos e que as lições que tiramos do que nos acontece no dia a dia nos ajudam em nosso crescimento. Assim sendo, se o sofrimento é algo inevitável, devemos buscar a maneira mais sensata de conviver com ele e transpô-los.

Muitas vezes, nos sentimos desanimados e fraquejamos frente às adversidades que a vida coloca em nosso caminho, sentimos medo, ficamos sem chão, como se o mundo desmoronasse a nossa volta. São tantas as batalhas do dia a dia, muitas vezes temos que enfrentar a nós mesmos e fazer coisas que nos desgostam, mas que são necessárias.

E você, nossa Ilustre Homenageada, merece todas as honrarias, porque nos provou que MULHER, não é um sexo frágil. Trouxe à tona um dos grandes problemas sociais- a VIOLÊNCIA FAMILIAR. Isso é muito mais do que um problema com consequências graves, a violência doméstica é fruto da ignorância.

Curiosamente, a própria Bíblia condena, deputada Neusa Cadore, toda forma de violência contra o assim chamado 'sexo frágil', em diversas passagens do Novo Testamento.

As pessoas não denunciam porque têm medo e, normalmente, o medo é o pior inimigo que se pode ter para reverter esse quadro. É impressionante o número de mulheres, meus amigos e minhas amigas, que sofrem desde a humilhação até a agressão física. É um tipo de violência que, na maioria das vezes, ocorre em um lugar onde deveria imperar um ambiente de respeito e afeto, que é o lar familiar.

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos essenciais à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Essa bandeira de luta coletiva propiciou a criação da Lei Maria da Penha - um importante passo para se enfrentar esse problema. Sabemos, porém, que ter a lei não garante a sua execução no dia-a-dia das mulheres em situação de violência”.

Cabe ao poder público, e para isso nós temos contado com o apoio da Justiça, das nossas deputadas, das mulheres, criar as condições que vão dar sustentação para que a gente possa dar com essa lei uma segurança maior às nossas mulheres.

Gostaria de terminar o meu pronunciamento dizendo a todas as mulheres que confiem nas mulheres deputadas que aqui estão, que realmente representam todas vocês e todo o Estado da Bahia, porque nós estamos aqui com projetos que beneficiam as mulheres. Estamos empenhadas, cobrando da Presidência da Casa que coloque os nossos projetos para funcionar a fim de irmos ao encontro do anseio de todas vocês.

Parabéns, Maria da Penha. Parabéns a todos da Mesa e à deputada Neusa Cadore.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Convido a deputada Fátima Nunes para fazer uso da palavra.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Bom-dia a todas mulheres corajosas, determinadas, que estão desde cedo na estrada para chegarem aqui neste momento. Umas vieram de longe, como é o caso da nossa homenageada, Maria da Penha, outras do sertão da Bahia, do litoral e do Semiárido, as nossas companheiras aqui, mais próximas, de camisa rosa, do município de Inhambupe, do MMTR, Movimento das Mulheres Sem Medo de Ser Feliz. É brincadeira, essas mulheres? É muita coisa.

Eu queria fazer essa saudação à nossa homenageada e parabenizar a nossa deputada Neusa Cadore, hoje presidente da nossa Comissão de Mulheres, que bem planejadamente, determinadamente, brilhantemente tem conduzido a nossa Comissão. Saudar as demais companheiras da Mesa, a nossa companheira Fátima. De vez em quando o governador diz: “Fátima!” Aí o povo diz: “É outra Fátima”. Eu sou a Fátima Nunes, e é outra Fátima.

Que mulher de sorte. Parabéns, não só pelo companheiro de poder, mas pelo brilhante homem que se preocupa com a vida das mulheres, com a vida do povo da Bahia.

Eu estava imaginando, ali, nos discursos que as nossas companheiras estavam proferindo, e quero concordar e reiterar com todos, inclusive a nossa companheira do Semiárido, com a qual cochichei, pois depois da sua fala dispensava a minha fala, porque realmente concluiu o meu pensamento em relação às lutas, aos direitos e ao sonho que nós temos de ter um país mais justo, mais igual e com oportunidades, principalmente para as mulheres, que por longos anos ficaram do lado de fora.

Então, eu queria aproveitar esses minutinhos para fazer três observações: primeira, nós temos hoje a felicidade de ter um presidente que se preocupa, também, com políticas para as mulheres. São hoje inúmeras as mulheres, que de fato, apagaram a luz do candeeiro, derramaram o gás do candeeiro, porque, hoje, existe o Programa Luz para Todos, e para todas, que podem cuidar dos seus filhos, da sua casa, sem necessidade daquela fumaça, até mesmo para estudar, como foi o meu caso nos anos 60.

Eu tenho muita alegria e eu sei que muitas têm, a deputada Neusa Cadore, que é do sertão, como eu, aliás é do Sul mas escolheu o sertão para viver, nós temos a satisfação de ver também muitas mulheres, que de fato estão tirando a lata d'água da cabeça e as mãos daquele balde pesado, subindo escadarias, porque, hoje, nós temos o Programa Água para Todos. E vai chegar para todo mundo, porque às vezes pensamos muito na violência do tapa, da bofetada, mas há também nesta Bahia outros tipos de violência. Nós temos que combatê-las todas na raiz, para que de fato tenhamos oportunidade e alegria de dizer que vale a pena ser mulher, vale a pena ser cidadã deste mundo, contribuindo para a igualdade de todos.

Eu tenho dito por aí a fora que as mulheres vão dominar o mundo. Mas digo para os homens: não se preocupem, não fiquem nervosos, nem com ciúme, porque o nosso domínio será para o bem de toda a sociedade. Era isso que eu queria revelar neste

momento(palmas) e quero concordar com as palavras: lugar de mulher é na política. Se esse lugar nunca foi ocupado por nós, que hoje somos oito, preparem-se, homens e lideranças políticas presentes neste ambiente rico, saudável e poderoso, para que em breve nós possamos ser mais do que a maioria.

O nosso sentimento de mãe, de mulher, de afeto pela sociedade precisa estar representado no poder para que as leis sejam mais rápidas, ágeis e de fato possam concretizar as ações que estão iniciadas neste tempo, neste governo.

Nós estamos vivendo um tempo novo. É um tempo de cidadania, de inclusão social, de participação social e jamais podemos deixar este tempo retroceder.

Eu queria, saudando mais uma vez a nossa homenageada, aproveitar esta oportunidade para dizer duas coisas para o nosso Observatório da Mulher da Lei Maria da Penha, além das outras coisas que as companheiras já falaram:

1) denúncia, para lutarmos. Em Entre Rios, em 8 meses, foram assassinados doze pessoas e, dessas, sete eram mulheres. Então, é um caso para nós estudarmos profundamente. Um cantor diz que, além do lenço, além da trança, sempre tem um homem que balança na cabeça da mulher para o amor. E esse amor termina virando um ódio mortal. Então, não podemos conviver com essa situação. Temos que combatê-la.

2) Vamos observar a mídia e os cantores, que em vez de enaltecerem a vida, a alegria e a fraternidade, cantam pura porcaria, pura baixaria (palmas), que incentivam a violência contra as mulheres. Vamos observar e trazer para esta Casa e junto com todas as doutoras, aqui, presentes fazer um manifesto, levar para a Justiça e proibir. Pedir aos prefeitos e prefeitas que bandas que cantam porcarias que mancham, que não enaltecem, que não são palavras boas para a nossa dignidade, não sejam mais contratadas, principalmente com o dinheiro público.

Muito obrigada. Valeu a luta, companheira, estamos junto com vocês. (Palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito bem, Fátima Nunes.

Quero registrar também as presenças do DNOCS; do Grupo Teatral Raízes; do Movimento Negro e Quilombola; da Agecom; do Movimento Negro Unificado; do Colégio Estadual Maria José Silveira; do SIM Doméstico; da AMA de Lauro de Freitas; da Secretaria da Educação do Estado da Bahia; do Ingá; do Movimento de Pequenos Agricultores; de Martinha, vereadora, vice-presidente da Comissão de Direitos da Mulher da Câmara Municipal; da Casa de Acolhimento à Mulher; do Sindserv; do grupo de mulheres do Beiru; da Rádio Comunitária de Quixabeira; do prefeito de Quixabeira, Eliezer, está aqui presente também; do Sindicato dos Vigilantes; da assessoria do deputado Luiz Alberto e da deputada Antônia Pedrosa, nossa companheira, que é da Mesa Diretora desta Casa.

Saudar a presença da Sesab, Secretaria da Saúde do Estado; do Derba; do Conam; da Fates; de Beth Silva, nossa colaboradora, artista plástica de Lauro de Freitas; do Grupo de Mulheres da Jaqueira; da assessoria do vereador Gilmar Santiago, aqui de Salvador; da entidade Umbigo; do grupo de mulheres permacultoras; da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas; do Centro de Referência Lélia Gonzalez; da ONG de mulheres Monga e do Neim.

Queria convidar a deputada Alice Portugal, que coordena a bancada feminina no

Congresso Nacional, para fazer uso da palavra.(Palmas)

A Sr^a ALICE PORTUGAL:- Bom-dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a deputada Neusa Cadore, essa catarinense baiana, catarinense como a minha mãe, e em seu nome saudar toda esta Casa Legislativa, deputadas e deputados que acolheram o seu requerimento.

Esta Casa abre-se de fato ao povo quando transforma essa cearense, brilhante, heroína das mulheres brasileiras em cidadã baiana nesta manhã esplêndida que esta Assembleia Legislativa vive. Quero saudar a nossa primeira-dama, que não é uma primeira-dama no objeto tradicional; é uma mulher que tem tido voz, coragem, capacidade de emitir opiniões, que nega o objeto estético, não obstante todas sejamos belas, mas que, sem dúvida, levanta a voz em defesa da Bahia e coparticipa do processo de mudança tão lutado, tão desejado por nossa gente e que, do ponto de vista das mulheres, se materializa aqui nesta manhã. Fátima, meus parabéns por você ser como é.

Quero saudar a todos e todas as autoridades presentes, lideranças populares, lideranças sindicais e as personalidades do mundo jurídico, as personalidades das organizações civis que acompanham a Lei Maria da Penha, a nossa querida juíza Márcia Lisboa, que tem sido um exemplo de luta na construção do cumprimento dessa lei em nosso Estado (palmas), a nossa Defensoria Pública, que tem também dedicado um esforço enorme a essa construção, organizações populares de toda a Bahia aqui presentes, Senhores e Senhoras, como coordenadora da Bancada Feminina, fui delegada especialmente para vir a esta sessão. Inclusive, deixei o primeiro turno da votação da PEC dos vereadores, ontem à noite, para chegar a tempo nesta manhã. Eu quero dizer que, tudo o que já foi dito sobre Maria da Penha aqui e que nós apresentamos em todas as plateias, na busca do convencimento da luta feminista, da batalha contra a violência, ainda é pouco para exemplificar o grande marco que foi a sua atitude de coragem, de destemor, de persistência na busca de derrubar as algemas, as barreiras, as amarras da impunidade no Brasil em relação aos direitos da mulher.

A história, Maria da Penha, farmacêutica, bioquímica como eu, minha colega, a política como ciência é feita de marcos, é feita de exemplos, de signos. Aqui na Bahia, temos tido, no conjunto da nossa história, muitas mulheres como exemplo. A luta pela abolição, pela liberdade da chaga da escravidão, tendo sido o Brasil o último país do mundo a extinguir a escravidão negra, está simbolizado em uma mulher na Bahia, que não está nos livros de História, que é a nossa querida Luísa Mahim, que levou negros e negras pelas ruas desta cidade que foi tomada antes da independência, antes da abolição, para garantia da liberdade. A nossa história de reafirmação da independência da Bahia, que tem o nome do Dois de Julho sacrificado em um marco no nosso aeroporto, que voltará um dia assim a se chamar (Palmas), o Dois de Julho encarna em si um símbolo feminino da maior importância e relevância, que é o símbolo da baiana Maria Quitéria, que se vestiu de homem, sem perder a feminilidade para ir para o Exército popular, que libertava a Bahia da resistência portuguesa um ano depois do grito da independência, comemorado no 7 de Setembro. E nós, como baianos, não poderíamos deixar de dar essa marca feminina ao 10 de Setembro que, a partir de agora, será um marco. (a Sr^a Presidente faz soar as campainhas sinalizando o término do tempo.) E eu estou apenas começando, mas vou correr. Será um marco porque, de fato,

fazê-la baiana para nós é motivo de grande honra.

Neusa, vocês está ungida por essa iniciativa, e nós reverenciamos essa iniciativa. Por isso, quero dizer que, neste momento, temos este marco a comemorar, mas a lei está sob ameaça. A lei, que apenas tem três anos, e nós circulamos o Brasil, as deputadas federais, e de 513 deputados somos apenas 45, acompanhando a relatora na época, a deputada Jandira Feghali, para discutir a melhor forma da lei... E aqui fizemos um grande ato no Ministério Público tratando dos elementos basilares, aprovamos.... Tenho a honra de ter votado na Maria da Penha. E, objetivamente, hoje, com a reforma do Código do Processo Penal, a Lei Maria da Penha poderá ser desvirtuada no seu elemento essencial, que é a criminalização da violência nos juizados cíveis. Neste sentido, nós poderemos perder o objeto essencial da lei, porque assim como há magistrados como a Dr^a Márcia, há magistrados que, lamentavelmente, não engolem a existência dessa lei. (Palmas) Há uma movimentação conservadora na sociedade que perpassa culturalmente, pelo que a nossa querida Fátima Nunes falou aqui, pela mídia controlada em determinadas ações do ponto de vista da baixa cultura, da subcultura, da anticultura, que traz à tona, à baila o conservadorismo, o elemento essencial desta opressão milenar, que é a mais antiga forma de opressão da qual a humanidade tem notícia. (Palmas)

Foi por isso que um juiz resolveu criminalizar 10 mil mulheres, em Mato Grosso, que tinham os seus registros seguros em clínicas de aborto! Foi por isso que um juiz resolveu, recentemente, usar a Lei Maria da Penha para impedir que uma mulher tivesse acesso ao homem, coitado, absolutamente desprotegido! (Risos.) É por isso que agora o Código de Processo Penal do tempo do nazifascismo tenta anular os efeitos e a natureza essencial da letra da lei.

Estamos em guerra no Congresso Nacional: a comissão que debate o assunto já foi visitada, Maria, por nós dezenas de vezes, a senadora Serys Slhessarenko está na comissão, em vigília permanente! As promotoras de Justiça do Ministério Público que levantam essa bandeira, às quais envio o meu abraço, têm realizado um movimento nacional contra essa mudança.

Para a nossa satisfação, as associações de magistrados têm estado conosco na busca do impedimento dessa mudança. E mais, a deputada Sandra Rosado, ex-coordenadora da Bancada, deu entrada à PEC nº 485 para obrigar a criação de Juizados Especiais em todos os Estados Brasileiros, porque aqui na Bahia, pelo menos, temos a expectativa, mas em alguns outros estados temos a negativa de vários legisladores! Por isso, é preciso ser lei federal, e sou a relatora, e até conto com a parceria do presidente da Câmara de Deputados, deputado Michel Temer, que tem sido, sem dúvida, alguém que tem tratado conosco da matéria com muita parceria!

Por isso, digo: precisamos levantar as bandeiras cor-de-rosa pelo Brasil! Aliás, lilás e rosa também! Precisamos trabalhar para esclarecer essa desídia contra o maior marco legal da história deste País contra a violência! E precisamos entender que, para fazer valer a Lei Maria da Penha, precisamos de orçamento público, porque não se cria vara especial, com juiz concursado, com serventuários da Justiça, com escrivães, com todo o aparato de uma Vara, sem que se defina orçamento!

Por isso, a mulher e o movimento feminista não podem ver, de forma ingênua, a nossa participação na sociedade. É poético, é emblemático, mas tem que ser prático e

político. (Palmas.) Por isso, no ano que vem temos eleições! Acabamos de ter uma vitória, que não sai nas primeiras páginas dos jornais: quase perco a voz, quase apanho no Plenário da Câmara, mas conseguimos que todos os partidos terão que investir 5% do fundo partidário para promover e garantir a formação política das mulheres! (Palmas.) Conseguimos na minirreforma eleitoral, e agora o Senado modificou para melhor - aprovamos 5% na Câmara – aprovando 10%! Espero que a Câmara também aumente para 10%. No caso da propaganda partidária, 10% de toda ela deverá ter rostos, vozes e opiniões femininas! (Palmas, muitas palmas.) Dez por cento!

Já vou finalizar! E mais, Maria da Penha: conseguimos mudar, na Lei das Cotas, que dá 30% nas listas dos partidos para o sexo minoritário, e somos nós, apesar de sermos a maioria da população e do eleitorado! A garantia de que teríamos reserva muda para a garantia, ou seja, em vez de citar “reservarão 30%, a lei citará “preencherão 30%”. (Palmas) Apesar de, no Brasil, não haver sanções aos partidos que não cumprem com o verbo afirmativo, poderemos entrar na Justiça para cumprir os 30%.

É claro que não basta ser mulher. Temos homens companheiros, parceiros desta luta e da mudança, mas precisamos garantir mais mulheres com condições de revelar as entranhas da violência, o absurdo da impunidade, de levantar com voz aguda a garantia de direitos em relação ao processo de desenvolvimento nacional. Em relação ao pré-sal, por exemplo, de que maneira as mulheres brasileiras se erguerão para a cidadania real e não de segunda categoria? É por isso que entendemos que a questão de gênero está na ordem do dia.

Na Argentina, 46% do Parlamento são de mulheres. Num ranking de 182 países, o Brasil está em 162º lugar; aqui na América Latina e Caribe só estamos à frente da Colômbia, do Haiti – que enfrenta uma guerra civil – e de Belize.

Ministra Nilcéia Freire, quando nos apresentamos nos fóruns internacionais – já a acompanhei em dois na ONU e, há 2 meses, na Espanha, onde a Federação de Mulheres Mundial fez uma reunião com deputadas e senadoras da América Latina e Caribe – é vergonhoso mostrarmos esses dados. O País mais desenvolvido da América Latina com 8% de mulheres no Congresso Nacional. Será que só 45 mulheres têm capacidade de erguer a voz e dizer o que precisamos, o que desejamos e o que pensamos sobre a realidade brasileira?

Por isso, quero dizer, Neusa, que esta manhã é emblemática ao conceder a cidadania baiana, terra de Maria Quitéria, a Maria da Penha. Nesta terra em que outras mulheres colocaram a vida à disposição de mudanças profundas. Ana Nery foi acompanhando seus dois filhos à Guerra do Paraguai, onde assistiu soldados brasileiro e paraguaios, e trouxe um deles morto. Joana Angélica abre os braços ali no Convento da Lapa e as tropas portuguesas passam sobre ela e enfiam uma baioneta em seu peito para buscar homens brancos, negros e índios que lutavam por nossa independência.

Esta terra mulher, a Bahia, a abraça, Maria, de uma maneira muito fraterna como emblema desta batalha. E, acima de tudo, esse seu título nos deve armar para enfrentar a não desestruturação da Lei Maria da Penha e a garantia do emponderamento das mulheres na eleição de 2010, porque sem poder, sem orçamento, as mulheres não terão vez nem voz em nosso País.

Parabéns a Neusa e a todos os membros da Mesa, pois, sem dúvida, este é um

momento que estará marcado profundamente em mim. Até porque foi aqui nesta Casa que construí a Comissão dos Direitos da Mulher, sendo sua presidenta duas vezes. Depois fui autora da criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – Zezé Rocha tentou antes, mas não conseguiu – num período em que não conseguíamos aprovar nada nesta Assembleia, que era fechada, obstruída, absolutamente de costas para a sociedade.

Estou aqui hoje, de maneira emocionada, compreendendo que as mulheres da Bahia se levantam em defesa de novos tempos.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Registro ainda as presenças da UEFS; da AMA, de Quixabeira; das vereadoras de Coração de Maria, Edilene Paim, Lindaura Lima e Rosenilda Nogueira; do Sintraf; da Comissão Organizadora do Bairro de Cajazeiras; da Seinfra; do Instituto Felicidade; e da Câmara de Vereadores de Gongogi.

Queremos ceder a palavra à Dr^a Cristina Ulm, representante da Defensoria Pública Geral do Estado da Bahia.

A Sr^a CRISTINA ULM:- Bom-dia a todos e a todos os presentes.

Quero cumprimentar a Mesa e pedir licença à deputada Neusa Cadore que fez esta justa e merecida homenagem a Maria da Penha para cumprimentar todas as mulheres na pessoa da nossa homenageada.

É com muita satisfação e orgulho que estou aqui, nesta manhã bonita, representando a nossa Defensora Geral, Dr^a Tereza Cristina, nesta manhã bonita.

Como todos já disseram aqui, temos Maria da Penha a mulher símbolo da luta pela violência contra a mulher, a violência doméstica, familiar, a mais terrível de todas. Da rua esperamos qualquer coisa, mas da família, do nosso ambiente familiar é muito difícil aceitar a violência.

Esta homenagem é muito bonita e é com muita satisfação que venho aqui porque há 10 meses eu fui convidada pela Dr^a Firmiane e designada pela defensora-geral, Dr^a Tereza, para atuar na Vara de Violência Doméstica Familiar. No meu dia a dia, juntamente com a Dr^a Márcia e com as promotoras Karen e Solange, uma equipe multidisciplinar da Vara, eu convivo com as mulheres vítimas da violência doméstica e as acolho.

São histórias similares à de Maria da Penha. Mulheres que chegam esfaqueadas, atiradas, com pernas quebradas - quando se jogam para se salvar de agressões dos maridos - e mulheres vítimas de agressão psicológica, mulheres agredidas física, moral e patrimonialmente. Esse é o nosso dia a dia na Vara de Violência Doméstica Familiar.

A Defensoria Pública, com a criação desse Núcleo de Defesa da Mulher, há mais ou menos 10 meses, tem em torno de 1.200 atendimentos a mulheres em situação de violência. Isso gerou mais ou menos 400 medidas protetivas e, decorrentes dessas medidas, o afastamento do agressor e tudo que implica em medidas protetivas. Temos as ações assessorias, que são separação, dissolução ou reconhecimento da união estável, pensão de alimentos e divórcio. Atendemos a mulher em situação de violência e procuramos na Vara, uma das primeiras do Brasil, acolher a mulher integralmente,

tanto na parte das medidas protetivas, que é a parte criminal, como na parte de família, para a mulher resolver rapidamente, como temos conseguido na Vara, de maneira célere, toda a questão familiar, o reconhecimento ou a dissolução da união estável, a pensão de alimentos. Junto à Rede, e faz poucos meses que estou com as companheiras da Rede, estamos batalhando, lutando para conseguir o efetivo funcionamento da nossa Vara, com oficiais de justiça que estejam preparados para cumprir as medidas protetivas e as intimações para as audiências.

A Defensoria Pública tem na Vara de Violência Doméstica dois defensores justamente para assegurar a efetividade da Justiça para que os processos criminais também tenham andamento e sejam mais céleres.

Eu quero aqui dizer a vocês que a luta foi implementada com a Lei Maria da Penha. Realmente melhoramos e caminhamos, mas a luta vai ser grande e se avizinha uma luta muito maior como todas as companheiras aqui falaram antes, a exemplo da reforma do Código de Processo Penal. Temos que levantar esta bandeira, todas as mulheres baianas guerreiras precisam estar à frente desta luta pelas emendas que são necessárias para garantir a efetivação da Lei Maria da Penha no País. Precisamos não só estar publicizando a lei como também temos que efetivá-la. Acreditamos na Defensoria Pública e a divulgação, a informação são essenciais para isso. Precisamos divulgar a lei para que as mulheres tenham consciência dos seus direitos, precisamos educar porque a prevenção passa pela educação. Nós enquanto mulheres, enquanto mães precisamos educar os nossos filhos para não se tornarem, no futuro, agressores, queremos que eles sejam homens decentes que respeitem as mulheres.

Nós enquanto mulheres temos esta responsabilidade. Contamos com vocês, mulheres baianas, hoje aqui homenageando a nossa Maria da Penha, para encabeçarmos a nossa luta, que vai ser árdua. Mas não vamos abaixar a cabeça. Vamos seguir em frente!

Um abraço em todos e muito obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Quero registrar as presenças dos deputados Zé Neto, Carlos Ubaldino e Antônia Pedrosa. E também de Aldinha Sena, vice-presidente do PT da Bahia, da Ama, de Cruz das Almas, de Rita Rodrigues, secretária de Mulheres do PT, da Dra. Maria Delian Gomes, que é superintendente federal da Agricultura, de Mônica Marleti, secretária de Políticas para as Mulheres de Lauro de Freitas, Maria Helena Bina, vereadora de Inhambupe, Dra. Maria do Socorro, procuradora do Estado, do presidente do Legislativo de Serrolândia, vereador Adenilson, e também de alguns outros vereadores de lá, como Zidevaldo e Jucy. Temos ainda a vereadora Lucília, de Quixabeira, o presidente da Câmara de Vereadores de Cruz das Almas, Osvaldo da Paz, e a nossa companheirona Cleuza Maria, presidente do Sindoméstica.

Dando continuidade, vamos ceder dois minutos para o nosso deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro, bom-dia a todas e a todos. Não poderia deixar de vir aqui em nome da nossa primeira-dama. Carinhosamente a chamamos de Fatinha, amiga de muitos anos. Quero saudar toda a Mesa.

Olhem, estávamos agora na posse do secretário de Ciência e Tecnologia. Faço

questão de dizer isso. Por essa razão, Alice, não vim desde o começo. Foi em função dessa missão, porque ele é ligado à Universidade de Feira e sou de lá. Mas estava ligado aqui neste movimento, porque esta manhã está linda, colorida e feminina, e disso esta Casa precisa muito. (Palmas!)

Quero dizer o seguinte: passamos 29 anos na Bahia sem uma Lei de Organização Judiciária. Sou presidente da Comissão de Constituição e Justiça. E pegamos nesta Casa essa tarefa que parecia algo impossível. Mas conseguimos, graças ao governador Wagner, porque foi com a vitória dele que se abriram os espaços para se fazer política no Estado da Bahia e desatrelar os interesses do Judiciário no Executivo. Nós estamos aqui trabalhando há oito meses com onze audiências públicas para que tivéssemos uma Lei de Organização Judiciária.

Nesta lei, uma luta da nossa amiga deputada Neusa e das deputadas Marizete e Antônia Pedrosa, enfim, das parlamentares desta Assembleia, incluindo Maria Luiza, tivemos um embate na criação das três varas Maria da Penha, que denominamos assim em defesa da mulher. E a deputada Alice sempre esteve presente às nossas lutas da Maria da Penha, assim como a deputada Lídice da Mata, enfim, essas mulheres maravilhosas que fazem na política baiana a diferença. Quero dizer que nós conseguimos três varas, uma instalada em Salvador, outra está sendo em Feira e outra ainda a ser instalada em Conquista.

Nesses momentos é bom que coloquemos as coisas muito bem para aproveitar este espaço político da grandeza que temos na representação das mulheres e da sociedade. Estamos aqui também. Está aí o deputado Pedro Alcântara, eu, e há vários outros deputados que não estão aqui hoje em função do próprio dia de quinta-feira. Alguns estão em Salvador nestes dois, três dias. E outros estão no interior fazendo suas demandas.

Mas tenho certeza de que a demanda que deveria ser lembrada aqui é a questão do fortalecimento para que se instale a de Feira logo. Coloquei para a presidente do tribunal na semana retrasada, ela me disse que está instalando. E em Salvador que a instalação passe - no meu ponto de vista quero colocar isso publicamente -, funcione. Mas, deputada Neusa, quero que preste atenção aqui para que façamos aos deputados e às deputadas que estão neste movimento uma interferência no sentido de discutir politicamente com o tribunal. Deixe a deputada Neusa terminar, porque ela está conversando ali com o Cerimonial. É um negócio complicado, o Cerimonial não é fácil. Essas mulheres trabalham que vocês nem sabem! Até peço uma salva de palmas para o pessoal do Cerimonial, que trabalha muito nesta Casa. Agora deixem-me terminar minha conversa.

Então, nós precisamos fazer uma interferência no sentido de que as varas das mulheres, as varas Maria da Penha, tenham tratamento especial do Tribunal, para não colocar qualquer juiz, por antiguidade, porque os juízes vão e não vão ter, lá, a determinação, o interesse, assim, o sentimento, a pele, para fazer com que a vara funcione a contento.

Eu queria dizer isso e quero até, deputada Neusa, que marquemos uma reunião nossa para irmos com vocês ao Tribunal fazer com que essas varas sejam instaladas, as do interior, as duas, de Conquista e de Feira, e que no funcionamento o quadro de pessoal, o quadro de juízes, o quadro de funcionamento dessas varas esteja em sintonia

com os interesses de quem criou a lei.

Grande abraço. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Solicito à deputada Antônia Pedrosa que sua saudação seja breve, por conta do horário.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Gostaria de parabenizar a companheira, colega Neusa Cadore por promover essa sessão especial tão importante e tão esperada por nós e, nas pessoas da Dr^a Maria da Penha e da nossa primeira-dama, primeira-companheira, gostaria de cumprimentar a todas as mulheres da mesa.

Mas como o tempo é escasso, só gostaria de ler um trecho, está aqui, doutora, uma página na Tribuna só sobre a senhora, Maria da Penha, brava mulher brasileira.

(Lê) “A Lei Maria da Penha mudou significativamente a vida das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar como também a dos agressores, antes certos da impunidade. Uma prova concreta disse são os registros durante os três anos de vigência.

Quando não existia amparo jurídico, o número de inquéritos instaurados e prisões em flagrantes não ultrapassava a casa das dezenas e assim que a norma começou a valer centenas de registros passaram a ser declarados”.

Para se ter uma noção precisa desses números, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher em 2001 teve 46 inquéritos instaurados e seis prisões em flagrante, enquanto no ano passado foram 522 autos de infração e 87 pessoas detidas em flagrantes. E por aí vai, este ano muito mais. Agora me perguntam: “Deputada, por que aumentou a violência?” Não, como disse a deputada Alice, aqui, é porque as mulheres, além de ficarem inibidas, elas sabiam que não dava em nada. É brincadeira, nós sermos agredidas, Fátima Mendonça, pelos nossos companheiros, pelos nossos maridos na frente dos filhos, humilhadas, com a nossa auto-estima lá embaixo, com a nossa moral lá embaixo, e o delegado dava como castigo ao agressor dar cinco cestas básicas. Será que cinco cestas básicas pagam o que uma mulher sofre de agressão? Não paga, nada paga.

Eu, agora, vi o Robson Caetano agredir sua mulher, saiu na televisão, no Jornal Nacional, e ele saiu na mesma hora, pagou uma fiança de R\$ 700,00, a mulher foi exposta em nível nacional e ele pagou R\$ 700,00, está enquadrado na Lei Maria da Penha, mas não ficou preso.

Porque nós precisamos, deputada Alice, das delegacias de mulheres devidamente instaladas com sua equipe multidisciplinar. Graças ao governo Jaques Wagner, lá em Barreiras foi instalada a Delegacia da Mulher, mas sem a equipe. Agora conversei coma Dr^a Sílvia Zarif, o projeto já está aqui na Casa, para aumentar as varas, os juizados especiais, porque não adianta condenar o homem e não haver um juiz especial para cuidar, porque é tanto processo, que cai lá no esquecimento e fica sem julgar.

Então, com a Delegacia das Mulheres, onde as mulheres não tenham aquela vergonha, aquela inibição de ir a uma delegacia de polícia, ela vai mais e, com o juizado especial, ela vai muito mais. Mas está valendo, já valeu a pena, e muito, Dr^a Maria da Penha, esta lei. Existe gente que vejo até brincando, já vi uma turma de jovens dizendo “Cuidado com a Lei Maria da Penha, você vai ser enquadrado na Lei Maria da Penha”.

Isso já é uma realidade, tanto que nós aqui da Comissão das Mulheres mandamos imprimir a Lei Maria da Penha, os partidos políticos também para levar para outras cidades.

Muito obrigada, deputada Neusa Cadore, pela sua tolerância, e obrigada a Dr^a Maria da Penha. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Convido para fazer uso da palavra a Sr^a Presidente das Voluntárias Sociais, que aqui representa o nosso governador Jaques Wagner. (Palmas)

A Sr^a FÁTIMA MENDONÇA:- Bem, gostaria muito, viu, Penha, de explicar porque sou uma pessoa tão querida por essas maravilhas aqui, por essas mulheres todas. Costumo dizer que, na verdade, nunca me imaginei mulher de governador na minha vida. Sou baiana, enfermeira, sempre batalhei, sempre cuidei da minha vida e, de repente, esta mudança maravilhosa que deu a liberdade a nossa Bahia, a eleição de Jaques Wagner governador, no primeiro turno, o que foi uma coisa linda, e vamos repetir de novo.

Aí, caiu no meu colo essa situação e fiquei pensando, meu Deus, como vou fazer, o que tenho que fazer para essas mulheres da Bahia se orgulharem de mim? Nunca fui uma pessoa de movimentos. Sou uma mulher, realmente, igual a todas, mas resolvi ouvir meu coração e comecei a falar as coisas que eu achava que não eram justas. E, graças a Deus, também tenho um marido muito equilibrado, muito honesto, um homem de bem, do bem, respeitador, e ele sabe, faço zoada, às vezes, quando digo as coisas que não gosto, mas ele sabe me respeitar.

Então, às vezes, eu falo e, como sei, todo mundo já me conhece, quero lhe dizer hoje que você tem mais uma aliada aqui na Bahia, que sou eu, agora. Quero fazer valer a sua lei. Fiquei muito feliz quando o presidente Lula, que é outro homem maravilhoso, nos deu esse presente, e o que eu desejo, com certeza, junto a todas essas mulheres aqui, temos uma galera boa de mulheres raçudas, Neusa está aí para mostrar e dizer que o nosso desejo é fazer valer essa lei cada vez mais e fazer com que a Bahia seja o primeiro Estado do Brasil a acabar com a violência contra a mulher.

Portanto, quero deixar meu beijo, meu abraço e dizer que hoje a Bahia está mais feliz porque tem você como baiana.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Nós queremos pedir desculpas por não fazermos o registro de outras representações, pessoas que estão presentes, mas por força também do adiantado da hora, estamos aguardando, já saiu da Governadoria, a presença do presidente deputado Marcelo Nilo, para em seguida entregarmos o título a Maria da Penha.

Queria destacar a presença do estudante de direito Luciano Gomes de Carvalho, sobrinho de Maria da Penha e que teve a ideia de organizar aqui em Salvador, na Faculdade Social da Bahia, um debate sobre a Lei Maria da Penha, o qual foi realizado ontem à noite, com sala cheia, uma vez que todos os ingressos foram esgotados duas

semanas antes do evento. Foi um momento importantíssimo de reflexão, de balanço, de sensibilização sobre essa importante lei, com a presença de Maria da Penha.

O Luciano está aqui com sua esposa, Lília Raquel Hagge de Farias.

Quero registrar também a presença da arquiteta Elizabete Maia, irmã de Maria da Penha, para quem peço uma salva de palmas. (Palmas)

Cumprimentamos os demais familiares de Maria da Penha que estão aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, gostaria de pedir desculpas pelo atraso, mas estava participando da posse do secretário da Ciência e Tecnologia, bem como da do secretário extraordinário, na Governadoria.

Nesse momento, parabenizo a deputada Neusa Cadore e gostaria de convidá-la para, juntos, entregarmos o Título de Cidadã Baiana a Maria da Penha, o qual a Assembleia Legislativa lhe concede por unanimidade, em votação secreta neste Parlamento. (Palmas)

(Entrega do Título de Cidadã Baiana à Sr^a Maria da Penha)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho a satisfação de passar a palavra a nossa conterrânea, à baiana Maria da Penha. (Palmas)

A Sr^a MARIA DA PENHA:- Bom-dia a todas as pessoas presentes.

Sei que vocês estão cansados, mas agradeço a homenagem, que foi muito linda, aos que estão compondo a Mesa.

Gostaria, de antes de dizer alguma coisa, pois sei que muita gente está interessada em saber um pouco de como tudo ocorreu, como chegamos a ter uma lei no País, que é com prazer que vou fazer chegar às mãos da deputada Neusa Cadore o projeto de lei da nossa autoria, em parceria com a professora Regina Célia de Almeida, da Universidade de Pernambuco, sobre uma preocupação que sempre tivemos. Conheci Regina num evento quando eu recebi uma homenagem da OAB, de Pernambuco. Ela fazia parte de um programa social e fui convidada por ela. E nesse projeto, ficamos conversando durante muitos meses acerca desse projeto, e chegamos à conclusão que hoje esse projeto é viável e que eu estou entregando não oficialmente, mas simbolicamente, - enviarei via e-mail.

Sinto-me como cidadã da Bahia agora.

E também ao constatar a grandeza que está sendo o movimento em prol da implementação, comprometimento das pessoas, comprometimento do governo do Estado, do Poder Judiciário aqui de Salvador, dos deputados e vereadores. Então vou entregar esse projeto que trata de um atendimento diferenciado às vítimas invisíveis da violência doméstica. Quem são essas vítimas invisíveis? São os órfãos da violência doméstica. O que nós sabemos é que a maioria desses órfãos, principalmente de famílias menos favorecidas socialmente, não temos nenhuma referência do que foi feito dessas crianças que tiveram suas mães assassinadas por seus pais.

Esse é um problema muito sério, porque a marca da violência anda com a pessoa que observou, a criança que viveu essa violência por toda a sua vida. E se essa criança não conseguir ser trabalhada, como é trabalhado o órfão que tem poder financeiro, fazer um tratamento psicológico e ter todo um aparato da família. Mas na família pobre, muitas vezes essa criança é violentada após a morte da sua mãe porque acusam que o pai fez aquilo com a mãe porque a mãe não prestava. A primeira acusação que existe é essa. Então, essa criança teria que ter uma prioridade, ela ser conhecida pelo Estado e

essa criança teria um atendimento dos serviços que o Estado possui com prioridade para desconstruir essa revolta que a criança tem de ter perdido a sua mãe.

Falei há alguns dias atrás, a minha mãe tem 93 anos e ela me faz falta quando não estou com ela. Imaginem, vocês serem filhos de mulheres que foram assassinadas nessa idade, que geralmente acontece com 2, 3 anos de idade, até 10, 15 anos de idade. Se eu tivesse morrido, o que seria das minhas filhas hoje? Será que elas seriam as cidadãs que são hoje? Sempre tive essa preocupação. Quero trazer isso para que vocês tenham condição de trabalhar essa questão e começar a ver que nós precisamos evitar que a violência urbana cresça em virtude da violência doméstica. Nós sabemos que muito da violência doméstica faz com que essas crianças saiam de casa, fujam de casa e sejam adotadas, vamos supor, por traficantes ou por outros grupos que não têm nada de importante para acrescentar à vida dessas crianças. E essas crianças passam a fazer parte do mundo do crime.

Gostaria de agradecer, estou sensibilizada com essa homenagem e dizer que gostaria de ser lembrada pelo resto da minha vida, não como uma pessoa que deu nome a uma lei. Mas uma pessoa que, apesar do nome da lei, tem contribuído e que tem se sentido feliz em muitos momentos porque sabe que a lei trouxe benefícios para a família brasileira.

Muito obrigada.

(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de saudar as seguintes personalidades: minha querida amiga e deputada Neusa Cadore, proponente desta sessão; minha querida amiga e presidente das Voluntárias Sociais, Fátima Mendonça, representante do governador Jaques Wagner; minha querida amiga Alice Portugal, deputada federal e coordenadora da bancada federal na Câmara dos Deputados; Sr^a Cristina Ulm, representante da defensora pública geral, Dr^a Teresa Cristina; Sr^a Juíza da 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Dr^a Márcia Lisboa; Sr^a Coordenadora do Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano, Maria Vandalva Lima Oliveira; representante da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência, Dr^a Firminiane Venâncio; representante do Observatório da Lei Maria da Penha, Márcia Queiroz; representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Neide Moraes; diretora do Sindicato dos Previdenciários, poetisa e jornalista Lindinete Pereira; e a senhora baiana Maria da Penha Maia Fernandes, pessoa cujo nome tem reconhecimento internacional. (Palmas)

Srs. Deputados, meu querido amigo e Líder do PL, deputado Pedro Alcântara, meus amigos e minhas amigas, em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas pelo atraso. Não pude chegar antes por causa de outros eventos. Mas gostaria de dizer à minha conterrânea Maria da Penha que esta é a Casa do contraditório, pois aqui estão representações de toda a sociedade baiana. Aqui existem diversos partidos políticos.

Quando a minha querida amiga Neusa Cadore, uma das deputadas mais atuantes deste Parlamento nos últimos anos, (muitas palmas) apresentou esse projeto, eu me lembro de que, pelo Regimento Interno da Casa, era necessário o currículo da pessoa

indicada para receber o Título de Cidadão Baiano. Entretanto, naquela oportunidade foi dispensado o currículo de Maria da Penha, porque nós conhecemos a história dela.

Nós brasileiros e baiano sabemos da importância dessa lei. Maria disse, com muita clareza, que “talvez a lei seja apenas um símbolo”. No entanto, ela representa a história da defesa da mulher, pois teve a coragem, quando passou por momentos difíceis durante o seu casamento, de denunciar. Vejam, muitas mulheres, às vezes, são ofendidas, violentadas, mas não têm a coragem de denunciar. E o cidadão que se utiliza de sua força física para agredir uma mulher, figura que todos nós amamos, nele se esconde a falta de coragem, a covardia.

Em face disso, Maria da Penha, este é momento especial, na medida em que contamos com a sua presença nesta Casa do Povo da Bahia. Este é o espaço da democracia, onde todos nós defendemos os reais interesses da sociedade baiana. Cada um defende o seu partido, a sua ideologia, mas, na hora de a onça beber água – politicamente –, ao prestar homenagem àquelas pessoas que fazem a história da Bahia e do Brasil, unimos as forças. E nós nos unimos em uma votação secreta para, além de ser do Ceará, terra de José de Alencar, temos a honra de também torná-la baiana. E ser cearense e baiana, diria, é uma dádiva de Deus.

Portanto, minha queria Maria da Penha, estar aqui ao lado da deputada Alice Portugal... Todos sabem que, hoje, a Bahia está crescendo com a participação das mulheres, como prova nosso Tribunal de Justiça com a sua presidenta e a 2ª vice-presidenta, com as corregedoras do interior e da capital. Isso é uma satisfação.

E nós que constituímos esta Casa não poderíamos deixar de registrar que foi a deputada Alice Portugal quem solicitou ao Parlamento baiano a criação da Comissão Especial da Mulher para que pudéssemos fazer a defesa das mulheres. (Palmas) Eu me lembro de que naquela oportunidade, como uma comissão é composta por oito membros, tivemos até dificuldades de organizá-la. Fizemos apelos aos diversos companheiros para que participassem dessa comissão. Um deles foi o ex-deputado Zilton Rocha, que hoje é conselheiro do TCE.

Na realidade, a defesa da mulher não pode ser feita apenas pela mulher. Ela tem de ser feita pelas mulheres e pelos homens, por aqueles que acreditam que todos nós somos iguais. Uns mais fortes e outros mais fracos, uns fisicamente mais fortes e outros fisicamente mais fracos. Mas, com certeza, somos todos iguais, porque só cresceremos neste País se dermos atenção igual tanto à mulher quanto ao homem.

Tenho certeza de que o Brasil está avançando muito. E ele realmente avança quando nós pretendemos que as mulheres continuem a comandar este País.

Portanto, deputadas Alice Portugal e Neusa Cadore, minha querida amiga Fátima Mendonça, meus parabéns a todos nós baianos, que prestamos esta homenagem à nossa querida Maria da Penha. E sem dúvida é uma homenagem do povo da Bahia, não é do Parlamento baiano. O governador Jaques Wagner inclusive telefonou dizendo que gostaria de participar. Marcamos esta data para que ele pudesse fazê-lo, mas infelizmente sua agenda estava com duas posses de secretários. S.Ex^a mandou pedir desculpas e enviou sua esposa para representá-lo.

Quero dizer que tenho um apreço muito grande por você, Maria da Penha, e que a Assembleia Legislativa apenas cumpriu com seu papel ao homenageá-la como a mais nova baiana.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*